

A EVOLUÇÃO DIACRÔNICA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

The diacronic evolution of the brazilian language of signs

Douglas Eduardo Pereira da Silva¹

Jeice Campregher¹

Resumo: Toda Língua natural possui em sua História o percurso trilhado para que o processo de sua formação esteja traçado. Isso se aplica às línguas sinalizadas (não orais) ou línguas de sinais. Este trabalho vislumbra mostrar exatamente este caminho: as origens históricas através da linguagem sinalizada monástica e concepções acerca da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Conhecer as teorias sobre a pessoa surda e os métodos utilizados para adequar o seu convívio em uma sociedade ouvinte permite que se entendam os diversos momentos na educação dos surdos e auxilia na caracterização diacrônica da Libras enquanto idioma oficial brasileiro.

Palavras-chave: História. Libras. Educação dos surdos.

Abstract: All language has in its history the path that has been found so the process of its formation can be traced. The same applies to Signed Languages (non-oral) or Sign Language. This study shows exactly this path: the historical origins through the signaled monastic language and conceptions about Brazilian Sign Language (LIBRAS). Knowing the theories about the Deaf person and the methods used to adjust his/her life in a listening society allow understanding the various moments in the education of the Deaf and help in the diachronic characterization of LIBRAS as a Brazilian official language.

Keywords: History. Libras. Deaf education.

Introdução

A língua é um sistema vivo de normas em constante evolução. Saussure (1989, p. 116) torna isso notório ao afirmar que “[...] tudo que é diacrônico na língua, não o é senão pela fala (parole). É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso”.

Os estudos de Saussure datam do ano de 1916 e referem-se à língua falada, porém, é aceitável que tais conceitos também sejam aplicados à Língua Brasileira de Sinais (neste artigo denominada apenas por Libras), afinal, é a “fala” do indivíduo surdo e, hoje, considerada a segunda língua oficial do Brasil.

Mostrar esses detalhes torna o idioma estudado ainda mais valioso para quem o aprende, e permite encontrar em suas nuances históricas, sociais e regionais, as contribuições agregadas e relacionadas ao seu enriquecimento quanto à sua renovação.

O objetivo deste artigo é apresentar, através da compreensão dos acontecimentos históricos, os fatores que contribuíram para que a Língua de Sinais alcançasse a característica de língua natural da pessoa surda. O estudo diacrônico mostra a história externa da Língua, ou seja, as relações existentes entre os fatores socioculturais e a possível evolução linguística. A partir deste estudo, vislumbra-se a harmonia entre o funcionamento sincrônico da língua e os condicionamentos diacrônicos.

Um dos principais atributos da história é o fato desta ciência ter o poder de auxiliar na compreensão dos acontecimentos da atualidade. Olhar para o passado permite-nos vislumbrar o pensamento dos autores, médicos e educadores a respeito do surdo enquanto indivíduo.

Para ilustrar o conteúdo histórico sobre a educação dos surdos, há que se destacar a contribuição de alguns povos, seus pensadores e sua cultura. A partir deste estudo, faz-se perceptí-

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC. Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br.

vel a existência de um fio condutor inserido no universo do indivíduo surdo, o qual nos permite realizar a conexão entre a atual realidade educacional e o que havia antes da compreensão daquele enquanto indivíduo. Este fio permite que seja traçada uma linha do tempo a respeito do contexto histórico e dos passos percorridos entre a inicial comunicação gestual monástica, até a atual Língua de Sinais, tanto no Brasil quanto no mundo.

O fio condutor que perpassa a história

Algumas das principais culturas da Antiguidade, como a grega e a romana, por exemplo, não consideravam os surdos membros da sociedade, pois a fala era o produto do pensamento. O filósofo Aristóteles arguia que o ouvido humano era o órgão mais importante para a educação de uma pessoa. Tal pensamento incapacitava o surdo, pois o tornava inapto a receber qualquer tipo de instrução. Portanto, restava aos surdos a seara desprezível de determinados campos de trabalho, tal como a pintura e a escultura, assim consideradas na época.

De acordo com Quadros (2006, p. 18), “[...] em Esparta, os filhos defeituosos ou débeis eram imolados, porque os interesses da classe proprietária ficariam comprometidos se um lote passasse às mãos de um herdeiro incapaz para o manejo das armas”.

Já em Roma, destaca-se desprezo por todas as formas de trabalho:

[...] os escultores e os pintores estavam num nível tão inferior como o de qualquer artesão. Só se conhece em Roma um jovem nobre que se dedicou a esses misteres: o neto de Messala. No entanto, essa exceção não pode ser mais eloquente: Messala permitiu que ele aprendesse pintura porque se **tratava de uma criança surda-muda** (QUADROS, 2006, p. 18, grifo nosso).

Levando-se em conta o pensamento de que “[...] o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus” (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 19), temos que a Igreja também contribuiu para este tipo de discriminação, pois as pessoas que não se enquadravam na definição da perfeição física não poderiam ser comparadas a Deus ou a um de seus filhos, logo, estavam fadadas à indignidade e à execração.

Paralelamente, para que o conhecimento dos escritos de todo tipo de gênero não fosse transmitido oralmente, os monges que ficavam em clausura e necessitavam manter-se incomunicáveis por conta do voto de silêncio, acabaram por criar uma linguagem gestual, de modo que a incomunicabilidade não fosse completa.

Reily (2007) afirma que os religiosos seguiam tanto as regras de São Basílio quanto as de São Bento, as quais sugeriam que o silêncio reinasse durante as atividades laborais cotidianas, mas não durante as oito horas que eram as de vigília (início dos ofícios litúrgicos, cerca de duas horas depois da meia noite), as matinas ou laudas (salmódia ao nascer do Sol), a prima (salmódia em plena luz da manhã, seguida de explicações sobre a regra para os monges e noviços e em certos dias, admissão pública de faltas contra a regra), a terça (após os trabalhos da manhã, a salmódia era seguida da missa tradicional), a sexta (canto anterior ao almoço, ao meio-dia), a noa (salmódia às 14 horas, aproximadamente), as vésperas (ao final da tarde, seguida de leitura de devocional para reflexão da comunidade reunida) e as completas (oração final antes do repouso da noite). Tais períodos compunham os cultos de louvor que ocupavam boa parte do dia monástico.

Além de meditação e oração, os mosteiros também eram espaços de trabalho, justificando o surgimento de uma comunicação silenciosa entre os monges, necessária ao desempenho das várias atividades para subsistência de todos. Devido às peculiaridades comunicativas entre os monges, através do uso de linguagem com sinais manuais, a Igreja convidou-os a se tornarem educadores dos surdos nascidos em famílias abastadas.

A partir de então é que as informações sobre a sua educação e os supostos tratamentos para a surdez são encontradas com uma maior facilidade. Tratamentos que, no mínimo, são

desumanos. A medicina, apoiada pela Igreja, começou a realizar suas pesquisas com a intenção de curar os deficientes auditivos e, a Igreja, com o intuito caritativo, passou a incentivar suas pesquisas para que pessoas portadoras de tal castigo divino pudessem se integrar à sociedade.

No Ocidente, os primeiros estudiosos sobre a surdez foram os médicos. Suas pesquisas começaram a surgir a partir do século XVI, entretanto, o “Pai dos Surdos”, assim denominado, não pertencia à classe médica. O abade francês, Charles-Michel de L’Epée (1712-1789), educador filantropo, foi um dos primeiros a defender o uso de uma língua de sinais, “[...] reconhecendo que ela existia, desenvolvia-se e era essencial para a comunicação entre os surdos” (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 22). Ele se referia à língua de sinais com muito respeito. Sua obra mais importante foi publicada no ano de 1776 com o título é “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos”.

L’Epée aprendeu a língua de sinais para estabelecer a comunicação com os surdos. Criou, em Paris, a primeira escola pública para atender a este público: o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, em 1760. L’Epée mantinha o instituto através de apresentações de seus alunos em praças públicas, com o objetivo de demonstrar a aprendizagem. Tais demonstrações consistiam em perguntas, por escrito, aos surdos, às quais, respondidas, comprovavam a eficácia de seus métodos. A partir de então, a qualidade na educação evoluiu com a utilização da língua de sinais: o surdo poderia aprender e até mesmo dominar assuntos diversos, exercer profissões, entre outras coisas.

No final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, o trabalho do francês Jean-Marc Itard (1775-1838) ganhou destaque. Ele assumiu o posto de médico residente no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, em 1814. Seu trabalho ficou muito conhecido através do caso “Garoto Selvagem”, em 1799, o qual inspirou o filme homônimo, produzido no século XX, no ano de 1970. No cenário norte-americano, destacaram-se os estudiosos Thomas Gallaudet (1787-1851) e Alexander Graham Bell (1847-1922).

Gallaudet, educador ouvinte, queria levar para o seu país o método do educador inglês de surdos, Thomas Braidwood (1715-1806). Braidwood fundou, em 1760, em Edimburgo, a primeira escola na Grã-Bretanha para surdos, uma academia privada de ensino na qual os alunos estudavam e aprendiam as palavras escritas, seus significados, sua pronúncia e a leitura orofacial, além do alfabeto digital.

Durante o estágio de Gallaudet na academia de Braidwood, conheceu o professor surdo Laurent Clerc (1785-1869). Gallaudet convidou Clerc para retornar aos EUA. Em 1816, fundaram a primeira escola pública para surdos: a Hartford School, cujas atividades iniciaram em abril de 1817, utilizando a Língua de Sinais Francesa, a qual, gradualmente, sofreu modificações para transformar-se na atual Língua Americana de Sinais.

O filho de Gallaudet, Edward Gallaudet, fundou, em 1864, em Washington, a primeira faculdade para surdos, conhecida como Universidade Gallaudet (a única escola superior de artes liberais para estudantes surdos em todo o mundo, na qual se originou a primeira língua de sinais). Sua experiência profissional levou-o a apoiar o oralismo, vindo a adotar a filosofia da articulação e leitura orofacial na escola, pois entendia “[...] como papel da escola fornecer treinamento em articulação e em leitura orofacial para aqueles alunos que poderiam se beneficiar deste treinamento” (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 24).

Clerc, que sempre defendeu o uso da Língua de Sinais, morreu em 1869, ano da instituição do Oralismo, o qual viria a tornar-se a principal forma de educação dos surdos nas décadas seguintes.

Alexander Graham Bell foi um grande defensor do oralismo. Segundo Oliver Sacks, ele foi considerado “[...] o mais temido inimigo dos surdos americanos” (HONORA; FRIZANCO,

2009, p. 24). Bell era casado com Mabel e filho de uma surda. Sua esposa perdeu a audição ainda jovem (por ser oralizada, não gostava de estar na presença de outros surdos). Bell considerava a surdez como um desvio e acreditava que os surdos deveriam se passar por ouvintes para se encaixar no mundo ouvinte. Considerava empecilho à integração na comunidade ouvinte, alunos surdos instruídos por professores surdos. Considerava também que os surdos deveriam estudar com os ouvintes, não como um direito, mas, sim, para evitar uma união entre eles, para que não se casassem e não criassem uma cultura surda, pois entendia que o casamento entre os surdos poderia representar um perigo à sociedade.

A Europa, em 1878, sediou em Paris o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos, no qual se decidiu que a educação para os surdos seria melhor assimilada através da leitura labial, articulação e uso de gestos para as crianças que se encontravam nas séries iniciais. Em 1880, em Milão, ocorreu o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos, sendo levada à votação dos presentes, a melhor maneira de educar uma pessoa surda. O resultado elegeu o método oral puro, sem gestos, resultando na abolição da Língua de Sinais como processo cognitivo e meio de comunicação do surdo. No congresso, as principais recomendações foram de que a fala é incontestavelmente superior aos sinais e deve ter a preferência na educação dos surdos, portanto, o método oral puro deveria prevalecer. A partir de então, o método oral foi adotado em muitos países europeus por se acreditar que esta era a melhor maneira para que o surdo pudesse receber instrução em ambiente escolar.

Nestes 80 anos seguintes, com a proibição do uso de sinais, foram notados fracassos em todo o mundo: os surdos passavam por oito anos de escolaridade com pouca apreensão do conhecimento acadêmico, não lhes restando muitas opções profissionais. Além de não terem as suas dificuldades respeitadas, os surdos que não se adaptavam ao Oralismo e eram, muitas vezes, considerados retardados. O interesse das pessoas era o de fazer com que o surdo mudasse. O comodismo da situação fazia com que o interesse maior fosse na normalização do surdo, através do desenvolvimento da fala.

Com a criação da Comunicação Total, uma nova metodologia, que se utilizava da linguagem oral e sinalizada ao mesmo tempo, possibilitou, a partir de 1970, que o uso de sinais voltasse a ser aceito como uma manifestação linguística.

Libras - surge no Brasil a segunda língua oficial

No Brasil, o processo educacional da pessoa surda iniciou-se no Segundo Império. Dom Pedro II possuía interesse pessoal na educação dos surdos, pois seu neto, filho da Princesa Isabel com o conde D'Eu, havia nascido parcialmente surdo.

O francês Ernest Huet, ex-aluno do Instituto de Paris, na Europa, solicitou a Dom Pedro II a cessão de um ambiente predial para que pudesse fundar o hoje conhecido: Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. Tais fatos ocorreram em 26 de setembro de 1857, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido chamado, à época, de Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro.

Huet trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais para o instituto, todavia, a partir de 1911, passou a seguir a determinação do Congresso Internacional de Surdos-Mudos de Milão, vindo a adotar o oralismo puro em seu processo educacional.

Para reforçar a prática do oralismo puro, Dr. Menezes Vieira afirmava que “[...] a fala seria o único meio de restituir o surdo-mudo na sociedade” (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 27), ou seja, seu pensamento era embasado na teoria de que o surdo usaria a linguagem oral e não a escrita para as suas relações sociais, acreditando ser um desperdício a alfabetização de surdos em um país de analfabetos.

Menezes Vieira chegou a ser diretor do INES, porém foi substituído pelo também médico Tobias Leite, que, diferente de Vieira, primava pela importância da alfabetização e da profissionalização dos surdos, afirmando que: “[...] não tanto porque os surdos aprendem facilmente, mas porque são fidelíssimos executores das instruções e ordens do patrão” (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 27). Nas décadas de 1930 e 1940, a direção do instituto coube ao médico Armando Paiva Lacerda.

Com Lacerda, o oralismo volta a ser defendido como a única oportunidade de o surdo ser inserido na sociedade. Na sua gestão, aplicavam-se testes para classificar os alunos de acordo com a “inteligência”, visando homogeneizar grupos de: surdos-mudos completos, surdos incompletos, semissurdos propriamente ditos e semissurdos.

Somente em 1951 é que um educador assumiu a direção do Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Após quase 100 anos de existência do instituto, a professora Ana Rímoli de Faria Dória assume a gestão e implementa o Curso Normal de Formação de Professores para Surdos. Professores de várias localidades do país inscreveram-se para realizar o curso com duração de três anos, com metodologia voltada ao oralismo.

Na década de 1970, a educadora de surdos, Ivete Vasconcelos, da Universidade Gallaudet, visitou o Brasil e trouxe a filosofia da Comunicação Total. Na década seguinte, a professora linguista Lucinda Ferreira Brito realizou pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais, influenciada em sua origem pela Língua Francesa de Sinais, trazida por Huet. Neste período, a professora Eulália Fernandes inicia pesquisas sobre a educação dos surdos e o bilinguismo passa a ser difundido no Brasil, porém, permanecendo em uso o oralismo e a comunicação total.

O Instituto Santa Teresinha, fundado em 1929, em Campinas, e depois transferido para São Paulo, em 1933, é outro grande centro de educação para os surdos. Até 1970, o Santa Teresinha funcionou como internato para meninas surdas e depois passou a aceitar também meninos surdos, passando a trabalhar com o conceito de integração destes alunos no ensino regular. Atualmente, o Santa Teresinha atende até o Ensino Fundamental e é de natureza particular.

Em 1951, foi fundada outra instituição de educação para surdos: a Escola Municipal de Educação Especial Helen Keller. Na mesma década, no ano de 1954, o Instituto Educacional São Paulo – IESP – foi fundado e, no ano de 1969 doado à PUC/SP – atualmente é referência para pesquisas e estudos na área de deficiência auditiva.

Assim, tanto na Europa, quanto nos EUA e no Brasil existiu uma mesma linha evolutiva no que se diz respeito à educação do indivíduo surdo. Os pensamentos sobre ele e os tratamentos aos quais foram submetidos no decorrer dos séculos, contribuíram para a concepção do que hoje pode ser denominada como cultura surda; conceituar o multiculturalismo seria o mesmo que falar sobre o reconhecimento do jogo das diferenças que se constroem socialmente nos processos interligados nos diferentes contextos.

Patrícia Luiza Ferreira Pinto, surda, doutoranda na área da educação e integrante do Grupo de Estudos Surdos – GES –, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC –, afirma no Portal do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que:

[...] muitas vezes, o multiculturalismo se constitui em um fecundo movimento de lutas sociais, de ação cultural de um suposto grupo, que por diversas vezes se sente discriminado, excluído pelos outros segmentos da sociedade por suas peculiaridades. Neste espaço multicultural, são deparados os movimentos sociais como negros, Surdos, índios, homossexuais, mulheres, judeus [...] que lutam pelas mudanças propulsoras para que cada ser possa conviver com a diferença, que possa fazer valer seus direitos civis, direitos humanos, direito de ser pertencente a minorias linguísticas, culturais, étnicas ou religiosas em antagonismo aos movimentos dominantes, vigentes, homogêneos (PINTO, 2008, s.p.).

Isso ressalta o movimento de costumes dos surdos como uma aquisição cultural e permite observar a evolução em sua educação como uma conquista a ser comemorada, mas não devendo representar um motivo para a sua acomodação. Há muito o que ser melhorado e reconhecido como seu direito, e é dever da pessoa surda não se excluir deste processo evolutivo, social e humano.

Considerações finais

O estudo proposto nesta produção acadêmica buscou conhecer a evolução histórica da Língua Brasileira de Sinais – Libras. A pesquisa foi realizada de modo a compreender os caminhos traçados, o fio condutor do surgimento da língua de sinais, para que chegássemos ao entendimento da Libras ter se tornado a segunda língua oficial do Brasil.

Os estudos nos oportunizaram compreender os diversos conceitos históricos, o olhar médico e o olhar pedagógico sobre as capacidades da pessoa surda, bem como as influências sobre os aspectos linguísticos da Libras. As fases que levaram ao entendimento de que a língua de sinais não pode ser preterida em razão da oralidade, ficaram esclarecidas no decorrer deste trabalho. Entendemos termos alcançado o objetivo inicial elencado: o de observar, com clareza, a ocorrência da evolução linguística e diacrônica na Libras, tendo por ponto de maior expressão, o século XX, firmando-se como cultura surda bilingue.

Referências

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

PINTO, P. L. F. **Identidade cultural surda na diversidade brasileira**. 2008. Disponível em: <<http://ensinandoartesvisuais.blogspot.com.br/2008/03/identidade-cultural-surda-na.html>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

QUADROS, R. M. (Org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

REILY, L. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, v. 12, n. 35, p.308-326, 2007.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.